

RESOLUÇÃO COMITÊ DA BAÍA DE GUANABARA nº 175, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

“Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para Acompanhamento da contratação da Elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação Municipais – Trecho Leste

O Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá (CBH-BG), criado por meio do Decreto Estadual nº 38.260 de 16 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições;

Considerando o inciso VI, do art. 1º, da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que define como um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e da sociedade civil organizada;

Considerando o inciso IV, do art. 3º, da Lei Estadual nº 3.239, de 2 de agosto de 1999, que define como um dos objetivos da Política Estadual de recursos hídricos a necessidade de promover a articulação entre União, Estados vizinhos, municípios, usuários e sociedade civil organizada, visando à integração de esforços para soluções de proteção, conservação e recuperação dos corpos de água;

Considerando que, de acordo com o artigo 52 da Lei Estadual nº 3.239, de 2 de agosto de 1999, os Comitês de Bacias Hidrográficas são entidades colegiadas, com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, reconhecidas e qualificadas por ato do Poder Executivo, mediante proposta do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ;

Considerando o Regimento Interno, aprovado por meio da Resolução CBH-BG nº



112, de 15 de junho de 2022, que dispõe que os Grupos de Trabalho para Acompanhamento são instâncias deste Comitê;

Considerando o art. 5º do Regimento Interno, aprovado por meio da Resolução CBH-BG nº 112, de 15 de junho de 2022, que diz “Compete ao CBH-BG (...): XXI - Estimular a constituição de Câmaras Técnicas e de Grupos de Trabalhos, definindo, no ato de criação, sua composição, atribuições e duração, bem como os critérios para a renovação das composições;

Considerando o art. 5º do Regimento Interno, aprovado por meio da Resolução CBH-BG nº 112, de 15 de junho de 2022, que diz “Compete ao CBH-BG (...): XXII - Constituir de acordo com a necessidade Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos e de Acompanhamento, definindo, no ato de criação, sua composição, atribuições, duração quando por prazo determinado e disponibilidade de recursos para exercerem suas atividades quando for necessário, bem como os critérios para a renovação das composições;

Considerando o art. 6º do Regimento Interno, aprovado por meio da Resolução CBH-BG nº 112, de 15 de junho de 2022, que diz “O CBH-BG é constituído pelas seguintes instâncias: V - Grupos de Trabalho; VI - Grupos de Acompanhamento;

Considerando a Resolução CBH-BG nº 92 de 30 de julho de 2020, que define critérios para a composição das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá.

Considerando que são objetivos do CBH-BG e de seus Subcomitês apoiar a integração das ações na defesa contra eventos hidrológicos críticos que ofereçam riscos à saúde e à segurança pública, e/ou de prejuízos ambientais, econômicos e sociais, conforme Art. 4º, IV de seu Regimento Interno;

Considerando que são objetivos do CBH-BG e de seus Subcomitês Promover a



articulação para integrar a gestão de recursos hídricos às Políticas e Planos relacionados à segurança hídrica, ao saneamento ambiental, ao uso do solo, às mudanças climáticas e aos acordos internacionais nos quais o Brasil é signatário, conforme Art. 4º, XII de seu Regimento Interno;

Considerando o Contrato de Gestão INEA nº 067, de 28 de dezembro de 2022, entre o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Associação Pró-Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP com a interveniência do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá – CBH-BG para o exercício das funções de competência de agência de água nesta bacia; e

Considerando o Contrato AGEVAP nº 38.2025, de 08 de agosto de 2025, com o Consórcio Consórcio Profill-Fato para elaboração de 07 (sete) Planos de Manejo de Unidades de Conservação Municipais dos municípios de Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Tanguá, São Gonçalo e Niterói.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criado o Grupo de Trabalho de Acompanhamento (GTA) da Elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação Municipais – Trecho Leste.

Art. 2º. O GTA será composto pelo Gestor do Contrato designado pela AGEVAP, como convidado, com direito a voz e preferencialmente com representantes dos Subcomitês da seguinte forma:

- a) 1 (um) representante do Subcomitê do Sistema Lagunar Maricá-Guarapina;
- b) 1 (um) representante Subcomitê do Sistema Lagunar Itaipu-Piratininga;
- c) 1 (um) representante do Subcomitê Trecho Leste;
- d) 1 (um) representante do Subcomitê Trecho Oeste;
- e) 1 (um) representante do Subcomitê do Sistema Lagunar de Jacarepaguá;
- f) 1 (um) representante do Subcomitê do Sistema Lagunar da Lagoa Rodrigo de Freitas;



- g) 1 (um) representante da Diretoria Colegiada do CBH BG, preferencialmente o Diretor Técnico;
- h) 1 (um) representante do Instituto Estadual do Ambiente – INEA;
- i) 1 (um) representante da Prefeitura de Magé;
- j) 1 (um) representante da Prefeitura de Guapimirim;
- k) 1 (um) representante da Prefeitura de Cachoeiras de Macacu;
- l) 1 (um) representante da Prefeitura de Rio Bonito;
- m) 1 (um) representante da Prefeitura de Tanguá;
- n) 1 (um) representante da Prefeitura de São Gonçalo;
- o) 1 (um) representante da Prefeitura de Niterói.

§ 1º: A Secretaria do CBH-BG deverá solicitar às instâncias e instituições listadas acima a indicação dos representantes que farão parte da composição do GTA e de possíveis substituições, quando necessário.

§ 2º: Sempre que necessário, poderá ser solicitada presença de representantes das empresas contratadas, conforme previsto em contrato, para subsidiar o debate das ações.

§ 3º: Caso as entidades acima listadas já tenham sido indicadas como representantes de alguns dos Subcomitês, a sua respectiva vaga exclusiva será dispensada.

Art. 3º. Na primeira reunião do GTA, será eleita, dentre os membros, um Coordenador e um Subcoordenador, por maioria simples dos votos.

§ 1o. A Secretaria Executiva organizará a primeira reunião deste GTA até a definição da Coordenação.

§ 2º. Uma vez eleita a Coordenação, esta passa a coordenar as reuniões do GTA.



§ 3º. Ao gestor do contrato indicado pela AGEVAP é garantido o direito a voz para garantia do respeito às previsões contratuais e do instrumento editalício, prestando os esclarecimentos necessários a respeito do contrato, quando provocado pelos membros, bem como indicando a necessidade de trazer informações relevantes.

Art. 4º. Compete ao GTA opinar e oferecer subsídios para execução do objeto do contrato, além de analisar os produtos originados da empresa contratada para o acompanhamento das ações;

Art. 5º. O GTA terá vigência até a conclusão do contrato, prevista para agosto de 2026, salvo prorrogação por aditivo.

Parágrafo único: Caso isso ocorra, sua composição se estenderá até o final do mandato do Plenário do Biênio 2024-2026, realizando-se uma nova composição com os membros do novo Plenário.

Art. 6º Ao final de cada ano de exercício, o GTA deverá encaminhar para a Diretoria colegiada um relatório das ações executadas e principais desdobramentos.

Art. 8º. Esta deliberação entra em vigor a partir da data da sua publicação.

REJANY FERREIRA DOS SANTOS

Diretora-Presidente do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares Maricá-Guarapina e Jacarepaguá

